



Secretaria
de Estado
da Saúde



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Resolução nº 013/2019 CES/GO

Dispõe sobre o Termo de Referência e contratação da Organização Social que gerará o HUTRIN – Hospital de Urgências de Trindade e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Estadual de Saúde de Goiás, em Reunião Ordinária Nº 06/2019, realizada no dia 04 de junho de 2019, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 18.865 de 10 de junho de 2015, a Lei nº 8.080 de 1990, a Lei nº 8.142, a Lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, a Lei nº 17.399, de 19 de agosto de 2011; a Resolução CNS 453 de 10 de maio de 2012, Lei Estadual nº 15.503/2005; e o Regimento Interno do CES, aprovado pela Resolução nº 01/2016-CES-GO;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Termo de Referência – TR para chamamento do HUTRIN com as seguintes ressalvas:

- I. A Secretaria Estadual de Saúde de Goiás deve retomar a gestão própria das unidades de saúde definindo um cronograma, respeitando os contratos ainda vigentes;
- II. Devem ser realizadas as seguintes alterações no Termo de Referência:
 - a) Acrescentar na justificativa do TR, dados e argumentos que comprovem a vantajosidade da opção de gestão por organizações sociais;
 - b) Descrever os critérios utilizados para estipulação de metas de produção que considerem a capacidade instalada da unidade;
 - c) Estipular metas mais específicas para todos os atendimentos e para cirurgia eletiva, não eletiva e para portes de cirurgias;
 - d) Descrever os métodos para avaliação da produção da unidade;
 - e) Atualizar as normativas citadas com as portarias de consolidação;
 - f) Revisar o tempo de vigência do contrato de gestão para 24 meses.
- III. Acrescentar no Termo de Referência e garantir no Contrato de Gestão:
 - a) No item 4.5 – Se, ao longo da vigência do contrato, a SES julgar necessário que a unidade



Secretaria
de Estado
da Saúde



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

realize outros tipos de atividades, diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas atividades diagnósticas e/ou terapêuticas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia, essas atividades deverão ser estudadas, pactuadas e executadas pelo Parceiro Privado.

- b) Item 5 – Pressuposto e definições, acrescentar no 5.1: Gestão, após o 5.1.1 Será obrigatória no quadro de trabalhadores da unidade, composição mínima de 50% de servidores efetivos, sendo que ao menos 10% deles estejam envolvidos na gestão da unidade, para garantir a continuidade dos serviços em caso de ruptura brusca de contrato, até que se normalize a contratação e/ou realização de novo concurso público. Trata-se do resgate de cláusula inicial dos contratos de gestão, importantíssima para a autonomia do Estado e segurança da população.
- c) Item 5 – Pressuposto e definições, acrescentar no 5.1: Gestão, após o 5.1.9 O Parceiro Privado deverá desenvolver, manter e efetivar rede interna de prevenção e combate a todas as formas de assédio moral e assédio sexual, além de organização de serviços/comissões para solução/mediação de conflitos, bem como previsão de punições para os que exerçam qualquer tipo de assédio como forma de garantir um clima organização adequado.
- d) No item 5.1. Cumprir os instrutivos do SUS que orientam as habilitações contratualizadas.
- e) Item 5 – Pressupostos e definições, acrescentar no 5.1: Gestão, após o 5.1.15 Garantir o funcionamento do Conselho Local de Saúde da Unidade.
- f) Anexo IV – Roteiro para Elaboração da Proposta de Trabalho, No Critério 2: Área de Qualidade, no item 2. Qualidade Subjetiva, acrescentar alínea que preveja destinação de espaço e estrutura para a Ouvidoria SUS, independente da Pesquisa de Satisfação do Usuário.
- g) No Critério 3: Qualificação Técnica, no item 3. Implementação de Serviços e Funcionamento de Equipe Interdisciplinar, há um 10º tópico que diz “Horários de atividades de urgência e emergência, distinguindo entre presença física de médico especialista e médico geral e médicos que atendem chamadas (sobreaviso)”, acrescentar a forma de contratação e de controle das atividades deste profissional, as formas de acessá-lo e de que forma se garantirá que ele compareça sempre que necessário.

IV. Garantir no contrato de gestão:



Secretaria
de Estado
da Saúde



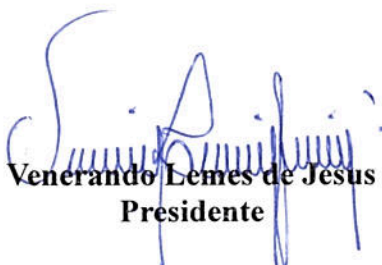
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

- a) Prevenção e combate a qualquer forma de assédio moral e sexual na unidade;
 - b) Metas de produção para SADT especificadas por tipo de exame;
 - c) Metas específicas para todos os atendimentos e para cirurgia eletiva e não eletiva, e para os diferentes portes de cirurgia;
 - d) Obrigatoriedade da Ouvidoria SUS dentro da unidade, funcionando com estrutura física e de recursos humanos adequados;
 - e) Criação e garantia do funcionamento do Conselho Local de Saúde na Unidade respeitando a paridade definida pela Resolução do CNS;
 - f) Garantia de, no mínimo, 50% de profissionais de saúde com vínculo efetivo no quadro da unidade e que ao menos 10% deles estejam envolvidos nas atividades de gestão da unidade, até que a gestão volte a ser própria, quando 100% dos profissionais deverão ser efetivos.
- V. Submeter os contratos de gestão ao Conselho Estadual de Saúde.

Art. 2º Recomendar ao Secretário de Estado da Saúde a homologação desta resolução no prazo de 30 dias conforme estabelecido no inciso XII da Quarta Diretriz da Resolução CNS nº 453/2012.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Estadual de Saúde de Goiás, em Goiânia, aos trinta dias do mês de setembro de 2019.


Venerando Lemes de Jesus
Presidente